



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DO  
ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Rutcele Nunes Dornelles Martini**

**Sapiranga, RS, Brasil**

**2014**

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DO  
ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

**por**

**Rutcele Nunes Dornelles Martini**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Educacional.

**Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Teixeira de Mello**

Sapiranga, RS, Brasil

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia da Especialização  
em Gestão Educacional

Elaborada por:

**Rutcele Nunes Dornelles Martini**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
Especialista em Gestão Educacional

**Comissão Examinadora**

---

**Profª Drª Débora Teixeira de Mello – (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Profº Drº Celso Ilgo Henz – (UFSM)**  
(Examinador)

---

**Profª Ms. Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro – (UFSM)**  
(Examinadora)

Sapiranga, 29 de Novembro de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois ele me guiou com segurança os passos que trilhei, é Dele a capacidade de adquirir todo o conhecimento.

Agradeço a minha família, meus pais e irmã, que com tanta paciência e amor, souberam sempre me compreender.

Agradeço, em especial, meu marido André, pela paciência e amor sem limites.

Agradeço aos meus filhos de quatro patas, Spyke, Cacau, Bebel e Anjo, e claro nosso canário, Chiquinho, que sempre, por incrível que possa aparecer me ajudaram em tudo, com apenas olhares, me ensinaram.

Agradeço aos meus colegas, professores, da escola a qual foi meu objeto de pesquisa.

Aos nossos amigos e padrinhos, Enoque e Gilvânia, Cléber e Ângela, que sempre com nossas risadas e conversas, me deram ânimo, me auxiliando na conquista de meus ideais.

Agradeço a minha orientadora Débora Teixeira de Mello pela paciência, e sua dedicação.

Agradeço aos colegas e professores do curso de Especialização em Gestão Educacional – UFSM, mesmo sendo um curso à distância, sempre me senti acolhida nos compartilhamentos de conhecimentos e nos diversos aprendizados.

.

Valeu por tudo...

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por meta principal, a compreensão da lacuna existente entre a lei e a prática do Ensino Médio Politécnico, uma vez que essa nova modalidade de ensino se inseriu em um ano letivo em andamento de 2012 como proposta na rede estadual no Rio Grande do Sul. E também se destina a mostrar o que é o novo Ensino Médio, e quais são suas aplicações e diferenças desta nova proposta para o Ensino Médio. Dessa forma, este estudo identifica os preceitos necessários para a promoção do discente no ensino médio, bem como o papel da gestão escolar na garantia da qualidade do ensino nessa etapa da Educação Básica. Ao final da pesquisa, espera-se que o leitor possa distinguir de forma clara e concisa como é a realidade do ensino médio na escola que serviu de base dessa pesquisa.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Ensino Médio Politécnico; Projeto Político Pedagógico.

## **ABSTRACT**

This research has as main goal , understanding the gap between law and practice of the Polytechnic High School , since this new mode of teaching was inserted in a school year in progress 2012 as proposed in the state system in Rio Grande do South . it also is intended to show what is the new high school , and what are their differences and applications of this new proposal for middle school . Thus , this study identifies the principles necessary to promote student in high school , and the role of school management in ensuring the quality of education at this stage of basic education . At the end of the survey , it is expected that the reader can distinguish clearly and concisely as is the reality of high school in the school that served as the basis of this research .

Keywords : School Management ; Polytechnic High School ; Project Political .

## **LISTA DE SIGLAS**

CEED: Conselho Estadual de Educação

EMP: Ensino Médio Politécnico

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

PNE: Plano Nacional de Educação

PPAP: Projeto Político Administrativo Pedagógico

SEDUC: Secretaria Estadual de Educação

SMED: Secretária Municipal de Educação

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
1.2. Objetivo Geral	9
1.2.1. Objetivos Específicos	9
<b>2. O PROFESSOR E A IMPORTÂNCIA DA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA</b>	<b>11</b>
2.1 Legislação e Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	14
2.1.1 A Lei Nacional de Diretrizes Nacional e Bases da Educação 9394/96	15
2.1.2 Plano Nacional da Educação de 2001 a 2010	16
2.1.3 Plano Nacional 2011-2020	17
2.1.4 Pacto pelo Ensino Médio Politécnico	18
<b>3 O QUE É O ENSINO MÉDIO</b>	<b>21</b>
3.1 O novo Ensino Médio Politécnico e sua Implementação na Rede Estadual do Rio Grande do Sul	23
3.2 Como é a avaliação no Ensino Médio Politécnico no RS	25
<b>4 AS NOVAS DIRETRIZES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO</b>	<b>27</b>
4.1 A prática do Seminário Integrado de Ensino	27
4.2 A soberania da pesquisa no ensino médio politécnico	27
<b>5 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>28</b>
5.1 Contextualização da Escola e Função da Gestão Escolar	28
5.2 Aplicação do questionário de Pesquisa	29
5.3 Análise de dados	30
5.4 Interpretação do questionário	30
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>32</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo discute a relação entre a legislação do Ensino Médio Politécnico e o currículo atual desta etapa de ensino no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da reforma do Ensino Médio no RS que se deu em 30 de Janeiro 2012, seguindo a Resolução CNE/CEB n. 02/2012.

O Estado do Rio Grande do Sul foi sugerido como precursor, pois o índice de aprovação era muito grande, seguido do índice gigantesco de evasão. Também para a aplicação dessa reforma educacional foi levado em consideração a falta de conectividade entre si dos currículos, e, sobretudo a falta de diálogo entre realidade da vida e da escola. Dessa forma, a Politécnica é apontada como a solução propícia para essa situação, uma vez que a Politécnica tem por base a junção de todos os conhecimentos valorizando o que cada um possui de melhor, portanto Politecnicia é a articulação da educação intelectual ao mundo do trabalho, à ciência e à cultura, com o propósito de superar a separação histórica entre trabalho manual (fazer) e trabalho intelectual (pensar) e, com isso possibilitar a todos (as) as condições de compreender os modos pelos quais a vida humana é produzida (material e imaterial), visando agir no sentido de transformação do indivíduo e da sociedade.

Essa pesquisa pretende visar a necessidade de formação continuada de professores, para que desenvolvam novas maneiras de aplicar suas práticas.

Comecei minha graduação em 2005, sendo que na época foi uma decisão um tanto quanto inusitada, pois entrei no Curso de Licenciatura de Física, inicialmente no Unilasalle e em 2009, após ter ganho uma bolsa pelo Prouni, concluí minha graduação em 2010. Durante minha graduação sempre me interessei no que faz com que os alunos não demonstrem interesse nas disciplinas que envolvem o raciocínio lógico. Assim, ao decorrer da minha graduação me interessei por pesquisas que pudessem apontar tópicos de resolução para um grave problema: O número pequeno de profissionais formados na área de ciências exatas.

Aos 19 anos de idade comecei o meu processo profissional na educação, e desde então sempre agreguei experiências nas áreas mais influentes que o processo educacional se destina, como gestão escolar, atividades extracurriculares, das mais diversas, tendo, portanto aporte necessário para levar adiante uma pesquisa nesse nível.

A trajetória acadêmica e profissional que tenho sempre esteve atrelada aos mais diversos públicos que atendi, nas mais diferentes escolas que trabalhei. Atualmente trabalho em duas escolas públicas da rede estadual em diferentes regiões da cidade de Parobé, e que demonstram o mesmo diagnóstico problemático, ainda que sejam públicos completamente distintos, as dificuldades permanecem as mesmas.

Ao resultado final dessa pesquisa, pretendo resgatar os alunos com dificuldade de aprendizagem, e dessa forma também auxiliar aos alunos repetentes e aqueles que por muitas circunstâncias acabam evadindo, pois, afinal essa é a proposta da Politécnia, romper o paradigma do insucesso dos alunos do ensino médio público.

Essa pesquisa foi efetuada em uma escola da rede pública estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Parobé. Essa escola conta hoje com aproximadamente 800 alunos, sendo estes distribuídos em duas etapas da educação Básica: o Ensino Fundamental e o Ensino Médio Politécnico.

Este estudo conta com sete capítulos que discorrerão na perspectiva da evolução do Ensino Médio Politécnico, bem como sua lei e sua prática através de seus três anos letivos de implantação.

## **1.2. Objetivo Geral**

Analisar os motivos pelos quais há uma distância tão grande entre a aplicação da nova legislação do ensino médio e as práticas cotidianas da escola.

### **1.2.1. Objetivos Específicos**

- Discutir uma metodologia de formação docente, em especial para o Ensino Médio na área das Ciências da Natureza.

- Disseminar o conhecimento sobre a nova reforma do Ensino Médio no RS e como os professores receberam essa reforma na escola pública estadual.

- Identificar as causas da falta de maior interesse na aplicabilidade da lei do Ensino Médio.

A formação em grande escala de licenciados nos últimos anos dá origem um problema de proporções talvez até inconclusivas. Essas proporções incluem: falta de experiência na execução de suas funções, ignorância na prática da gestão escolar, entre outras. A verdade é que a formação de professores não está intimamente

relacionada às práticas necessárias para a execução do processo ensino-aprendizagem.

Algumas das minhas pesquisas totalizaram que esse problema pode ser explicado por dois grandes temas: as práticas didático-pedagógicas por parte do docente, que são inadequadas para o público que atendem, sem reconhecer quem são seus alunos e suas potencialidades.

O processo de ensino não é uma simples variante do processo de comunicação, uma vez que implica informações sistematizadas e estruturadas com intenção de produzir aprendizagem. Nesse sentido, o trabalho da escola e, particularmente, do docente, deve ser direcionado para o ensino intencional, objetivando, prioritariamente considerar os resultados desejados, a aprendizagem e o progresso do aluno, numa perspectiva significativa, organizando os meios e as condições para se ensinar e aprender. Ou seja, o processo constitui-se de genuinamente dedicação ao que se faz.

## 2. O PROFESSOR E A IMPORTÂNCIA DA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

É irrefutável a importância do docente no processo de ensino-aprendizagem em qualquer nível de ensino. Uma das mais valiosas tarefas do professor é organizar as atividades de modo que elas possibilitem a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, é preciso que o professor tenha habilidades e competências específicas no exercício de sua função. Além disso, é necessário que o docente articule teoria e prática com a realidade na qual seus alunos estão inseridos, sempre observando as diretrizes estabelecidas para o ensino.

O autor Perrenoud (2000), em seu livro *Dez novas competências para ensinar*, salienta que é necessário que o docente deva dominar um conjunto de competências, que devem incluir organizar e administrar situações de aprendizagens, também conduzir a progressão das aprendizagens, formar e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação, envolver os discentes em suas práticas do trabalho, trabalhar em conjunto, participar da administração da escola, informar e envolver os pais, utilizar novas tecnologias, enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, administrar sua própria formação continuada (PERRENOUD, 2000).

Com isso, chegamos à conclusão que há necessidade de uma melhoria na qualidade de formação de professores, para que tais quesitos possam ser incluídos de fato no cotidiano do professor.

A pesquisa que realizo, constitui-se numa investigação sobre a formação continuada de professores, e a importância da auto-formação. Desta forma, preciso contar com profissionais que possam ter ligações entre o saber e o executar, e acredita-se na importância do apoio da gestão escolar para consolidar essas práticas.

Atualmente, a perspectiva da didática é fazer com que este processo ensino-aprendizagem abranja três dimensões: técnica, humana e política. A educação não está centrada no educador, ou no discente, mas na questão central da formação do homem no mundo globalizado.

Ela está voltada para o ser humano e sua realização em sociedade. Nesse sentido, Gadotti (1983) afirma que, no bojo de uma pedagogia crítica, "a educação se identifica com o processo de humanização, que também está baseada na concepção de Freire. A educação é o que se pode fazer do homem de amanhã" e está comprometida com as classes desfavorecidas. Demo (1994) afirma que "Uma

sociedade que não questiona e, sobretudo, não se questiona, jamais muda de elite. Sem mudança de elite, não há desenvolvimento”.

Acredita-se que o ensino não deve ser monopolizado no acúmulo de conhecimentos, sendo necessários: a atualização constante do educador e alunos críticos que saibam avaliar e tomar decisões quando necessário. O docente espera um estudante não passivo diante de conhecimentos transmitidos, importando o eixo do “aprender fazendo” ou a “capacidade de produzir/trabalhar”, conforme, Demo (1994).

Com relação às mudanças nos processo produtivo e participativo, a educação não pode ser mera reprodutora fundada na antiga relação do ensino-aprendizagem, agindo verticalmente. Segundo Demo (1994), o processo de ensino-aprendizagem possui propensão à mera reprodução, contradizendo seu verdadeiro significado, já que a educação inicia quando conseguimos deixar de ser “domesticados” e reprodutores de conhecimento e passamos aos nossos alunos a importância do “aprender a aprender” (pesquisar).

Atualmente, a relação professor/aluno é difícil. É uma relação assimétrica na qual a carga de competência e experiência, de parte do ensinante, é, infelizmente, ainda, um meio de consagrar as instituições hierárquicas e coercitivas.

Ainda segundo Demo (1994), diante às contínuas mudanças ocorridas e por ocorrer nas sociedades modernas, em que tipo de profissional da educação deve pensar? Educar hoje é assumir outra perspectiva daquela que se identifica com o modelo da universidade surgido na antiguidade. O educador do futuro é um profissional, que deverá participar ativamente na sociedade como cidadão-profissional crítico, formador de cidadãos, contribuindo com a flexibilidade de pensamento e a construção da identidade cultural.

O professor do século XXI é um agente ativo da educação, dentro do mundo globalizado, capacitado com outros espaços de produção de saberes e da educação (multidisciplinariedade, transdisciplinariedade, interdisciplinariedade) e com os diferentes mecanismos de produção desses saberes da comunidade.

Para Perranoud (2000) quando analisa a formação de professores, destaca-se, ainda à sua complexidade e à sua profissionalização e o processo cíclico, ressaltando a importância de redefinir as competências que podem caracterizar um perfil profissional do docente como uma necessidade para orientar seu processo formativo. Para esse autor, a profissionalização da docência está ligada a sua

competência e é esta categoria que passa a ser uma referência norteadora dos processos formativos.

O docente deve ter autenticidade, apreço ao aluno e empatia; ele pode estabelecer ou prejudicar o clima facilitador da aprendizagem. A boa prática pode encorajar o contato entre estudante e o educador; a cooperação técnica entre os alunos; a aprendizagem ativa; o “*feedback*” imediato; enfatizar o tempo da tarefa; comunicar altas expectativas e respeitar os diversos talentos; e as diferentes formas de aprendizagem. O desenvolvimento das aulas leva em conta o trabalho coletivo, criando laços de solidariedade e autonomia.

Como a educação está inserida num contexto social e político, as realidades contemporâneas apontam para mudanças na prática docente, nas quais o professor transmissor deixa de ser o centro do processo de ensino-aprendizagem e eleva o aluno ao papel de ator principal, promovendo o ensinar a aprender e a pensar. Na prática docente, o professor desenvolve habilidades próprias, as quais devem estar voltadas à produção do aluno, motivando-o à ação e à pesquisa.

O docente, além de inspirar-se na sua própria prática pedagógica e na sua experiência como aluno, repete comportamentos positivos dos seus ex-professores, gerando, um ciclo de reprodução. Onde ira se realizar nas relações escolares perpetuando nas práticas pedagógicas, de um professor apenas transmissor de informações, pois o profissional precisa ter competência para ser autônomo, na produção de conhecimentos e acessível para coletivizá-los em grupos. Saber criar seus projetos, vender suas ideias, ser ativo e envolvente.

Acredita-se que os meios educacionais estão distanciados de atingir esses desafios e dificilmente teremos professores que tenham vivenciado experiências diferentes das que tentam construir. Por isso, é importante a formação continuada do docente, o que permite repensar sua prática e atualizar-se na busca de metodologias consistentes e coerentes.

A atividade docente vem modificando-se em decorrência das transformações sociais (o docente deve assumir um papel diferenciado), isto é, seu papel educativo é entendido como o de preparar os estudantes para os exercícios da cidadania. Como também para o trabalho em geral, para o desenvolvimento de habilidades e de competências, visando à intervenção ética positiva na sociedade, e das concepções de escola e nas formas de construção do saber, resultando na

necessidade de se repensar a intervenção pedagógica e o fim-didático na prática escolar.

Segundo Demo (2004) a qualidade educativa é “capaz de garantir todas as condições de participar e produzir”. Em relação à avaliação moderna, não pode ser aprovado o aluno considerado não capaz de participar e produzir no mundo social.

## **2.1 Legislação e Formação Continuada de Professores do Ensino Médio**

A fim de padronizar os níveis de formação dos professores, o Ministério da Educação, no ano de 2000, avançou ao promulgar na Resolução 009/2001 o nivelamento da formação em nível superior, para que a educação superior seja valorizada inicialmente pelos profissionais da educação.

Ao passo que a educação tenta acompanhar o crescimento populacional, é necessário que políticas públicas sejam lançadas a fim de que cada vez mais as novidades legais e regimentais sejam aplicadas aos docentes, vejamos algumas dessas políticas que visam o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Desde a promulgação da Constituição Federal de Educação de 1988, o Brasil vivencia, do ponto de vista jurídico, normativo e institucional, avanços consideráveis no que tange à compreensão da educação como um direito social, cuja materialização requer ações coordenadas dos entes federados e a garantia de financiamento.

Entre as leis que incidem diretamente na educação destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), a Emenda Constitucional n. 14, que deu origem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (FUNDEF), a Lei n. 10.172/2001, que formulou o Plano Nacional de Educação (2000-2010), a Lei n. 11.494, de 20/06/2007, que legitimou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a Emenda Constitucional n. 59/2009 que determinou o plano nacional de educação, de ciclo decenal, com a finalidade de propiciar a articulação do sistema nacional de educação e de reestruturar a dimensão do PIB destinado à execução de suas metas e assegurou a meta de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

### **2.1.1 A Lei Nacional de Diretrizes Nacional e Bases da Educação 9394/96**

A LDB promulgada em 1996 prevê a necessidade que o indivíduo tem de ser caracterizado como um ser único, com suas características pessoais, levando em consideração que essas características fazem do ser um discente pensante, capaz de efetuar suas próprias escolhas e através delas criar um novo caminho para as tentativas que vieram a falhar no decorrer de seu aprendizado.

Além disso, busca considerar iniciativas que vêm sendo tomadas no âmbito do Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Fundamental – SEF – que, coordenando uma discussão nacional sobre formação de Professores publicou os Referenciais para a Formação de Professores, seja pela Secretaria de Ensino Superior – SESU – que desencadeou em dezembro de 1997, com a contribuição das comissões de Especialistas e de Grupo Tarefa Especial, no tocante à formação de professores, um processo de revisão da Graduação, com a finalidade de subsidiar o Conselho Nacional de Educação na tarefa de instituir diretrizes curriculares nacionais para os diferentes cursos.

O processo de elaboração das propostas de diretrizes curriculares para a graduação, conduzido pela SESU, consolidou a direção da formação para três categorias de carreiras: Bacharelado Acadêmico; Bacharelado Profissionalizante e Licenciatura. Dessa forma, a Licenciatura ganhou como determina a nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1”.

Como toda proposta em educação, ela não parte do zero, mas é fruto de um longo processo de crítica, reflexão e confronto entre diferentes concepções sobre a formação docente e suas práticas, para o qual contribuíram o pensamento acadêmico, a avaliação das políticas públicas em educação, os movimentos sociais, as experiências inovadoras em andamento em algumas Instituições de Ensino Superior. Ela busca descrever o contexto global e o nacional da reforma educacional no Brasil, o quadro legal que lhe dá suporte, e as linhas orientadoras das mudanças dos cursos de formação de professores. Com base no diagnóstico dos problemas detectados na formação dos professores, ela apresenta princípios orientadores,

amplos e diretrizes para uma política de formação de professores, para sua organização no tempo e no espaço e para a estruturação dos cursos.

A proposta inclui a discussão das competências e áreas de desenvolvimento profissional que se espera promover nessa formação, além de sugestões para avaliação das mudanças. Sendo assim, é suficientemente flexível para abrigar diferentes desenhos institucionais, ou seja, as Diretrizes constantes deste documento aplicar-se-ão a todos os cursos de formação de professores em nível superior, qualquer que seja o locus institucional - Universidade ou ISE - áreas de conhecimento e/ou etapas da escolaridade básica. Portanto, são orientadoras para a definição das Propostas de Diretrizes específicas para cada etapa da educação básica e para cada área de conhecimento, as quais por sua vez, informarão os projetos institucionais e pedagógicos de formação de professores.

### **2.1.2 Plano Nacional da Educação de 2001 a 2010**

Em 9 de janeiro de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 10172, responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Tal documento, criado a cada dez anos, traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo. O primeiro PNE foi elaborado em 1996, para vigorar entre os anos de 2001 a 2010. Além de possuir diversas metas, dificultando o foco em questões primordiais, estas não eram mensuráveis e não apresentavam, por exemplo, punições para aqueles que não cumprissem o que foi determinado. Além disso, algumas questões importantes foram vetadas pela presidência, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) direcionado para a educação, em 3%, em razão das dificuldades econômicas vigentes no segundo mandato do presidente em exercício; e a responsabilidade pela educação, mesmo a pública, foi colocada como uma tarefa de todos, descentralizando a responsabilidade do Estado quanto a isso – embora tal descentralização não tenha ocorrido, por exemplo, no que tange às decisões, que poderiam ser compartilhadas considerando as pontuações e vontade dos diversos segmentos sociais do nosso país. Aliás, é válido frisar que a lei referida no primeiro parágrafo deste artigo foi originada a partir da pressão social de várias

entidades, predominantemente constituídas por educadores, profissionais da educação, pais de alunos e estudantes.

Porém salienta-se que os discentes, ainda nesse PNE não permaneceram, pelo menos em parte, na escola, sendo que os índices de evasão, nessa época, foram gigantescos, segundo afirma Kuenzer (2010), bem como o atendimento aos alunos, eram em mais do que a maioria brancos e os negros que ingressavam no curso, não conseguiam concluir o Ensino Médio. Em face a estas deficiências e dificuldades, fez-se necessário um novo plano que previsse em um decênio novas metas a serem alcançadas, usando como aporte principal a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, onde se prevê, como já vimos, o ensino que valoriza sobretudo a cultura já adquirida pelos alunos e consegue promover a autonomia do discente.

### **2.1.3 Plano Nacional 2011-2020**

Um dos eventos mais importantes de 2010 para o futuro da Educação brasileira foi realizado em Brasília de 28 de março a 1º de abril de 2010: a Conferência Nacional de Educação (CONAE), um espaço de discussão sobre os rumos que o país deve tomar em todos os níveis de ensino. Dessa conferência saíram as diretrizes que darão origem ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011, documento que organiza prioridades e propõe metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes. "O PNE traça os objetivos, mas sua implementação é responsabilidade dos diferentes níveis de governo, que precisam criar planos de ação", diz Francisco das Chagas Fernandes, secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC) e coordenador geral da comissão organizadora da CONAE.

As metas que deveriam ser alcançadas pela versão anterior do PNE não foram alcançadas, uma vez que a esmagadora maioria dos municípios não formulou uma lei que garanta as prioridades estabelecidas já no antigo PNE. A União também não ajudou, pois o artigo que recomendava o investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação foi vetado pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso. "Sem verba definida, não dá para cobrar ações dos governos municipais e estaduais", argumenta Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e presidente-executivo do movimento Todos pela Educação.

Para a nova versão do plano, as entidades ligadas à Educação defendem que haja a determinação clara da origem dos recursos e da área em que devem ser

investidos. Se isso ocorrer, o Plano pode colaborar para a luta por uma Educação pública de qualidade.

Em 2008, 2,4% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola, uma queda de 1,1% em relação aos dados de 2001. Apesar do avanço e do percentual baixo, os números absolutos ainda assustam: são 680 mil crianças sem estudar - 450 mil delas negras e pardas, a maioria vivendo nas regiões Norte e Nordeste. "Garantir a permanência segue sendo um desafio. É preciso oferecer condições como transporte, alimentação e apoio às famílias", defende Ramos.

#### **2.1.4 Pacto pelo Ensino Médio Politécnico**

A realização do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio pelo governo federal é uma iniciativa de grande escala, pois atender quase 500 mil professores do ensino médio, que depende da participação das secretarias estaduais de educação e de instituições públicas de ensino superior é quase que impossível, porém essa artimanha está sendo bem sucedida até o momento.

Segundo o secretário de educação básica do MEC, Romeu Caputo, o pacto é uma ação que está intimamente ligada à Lei do Piso Salarial dos Professores (Lei nº 11.738/2008), que destina um terço da jornada de trabalho do educador para sua capacitação e aperfeiçoamento. O Ministério da Educação destina uma bolsa mensal aos educadores que aderirem ao pacto para que eles utilizem essas horas para estudar.

Ainda segundo Romeu Caputo explica que os conteúdos, desenvolvidos por 15 universidades federais, devem ser inseridos nos tablets que foram enviados pelo MEC para as 26 secretarias de educação dos estados e ao Distrito Federal. Os conteúdos se dividem em duas partes: a primeira, que corresponde ao primeiro semestre de 2014, trata da formação comum a todos os docentes, organizada em seis núcleos: sujeitos do Ensino Médio Politécnico, currículo, organização e gestão do trabalho pedagógico, entre outras. Já no segundo semestre estão sendo abordadas as discussões referentes às áreas do conhecimento. Os Estados que aderiram ao pacto: Rio Grande do Sul com sete instituições de ensino superior; Mato Grosso do Sul, com quatro instituições; Mato Grosso, com duas; Paraíba, com três; Tocantins, com uma; e o Distrito Federal, com uma. Outros 15 estados participaram de reuniões com o ministério e vão formalizar a adesão em 2014.

Cabe, ainda, à secretaria estadual ou distrital de educação selecionar os formadores regionais, que serão responsáveis por ministrar a formação aos orientadores de estudos. Para essa função, são requisitos: ter experiência como professor ou coordenador pedagógico do ensino médio ou ter atuado na formação continuada de professores, ser profissional efetivo da rede, ter especialização, mestrado ou doutorado ou estar cursando pós-graduação em educação, ter disponibilidade de 20 horas semanais para essa tarefa; o orientador de estudo, que vai ministrar a formação dos professores cursistas e coordenadores pedagógicos, deve ser professor ou coordenador pedagógico do ensino médio vinculado à rede, formado em pedagogia ou licenciatura e trabalhar, no mínimo, há dois anos no ensino médio, além de ter disponibilidade de dedicar 20 horas semanais a essa atividade.

As instituições de ensino superior vão ministrar 96 horas de formação durante o ano aos formadores regionais. Caberá a esses formadores qualificar os orientadores de estudos, também com 96 horas anuais. Para participar da formação, o professor do ensino médio deve atuar em sala de aula em 2014 e estar registrado no censo escolar de 2013. Ele terá 200 horas de curso; e o coordenador pedagógico deve ser efetivo da rede e receberá 200 horas de formação.

Vale salientar que todo o tipo de formação, deve possuir um nível de qualidade, uma vez que, ao se efetuar uma formação, interpreta-se assim a auto formação, ou seja, ao se formar um profissional precisa se auto formar.

Ao se auto formar o professor além de colocar seus conhecimentos à prova, consegue, mediante uma auto percepção, fazer uma reciclagem com seus conceitos, inclusive tecnológicos, dessa forma, o professor ao se auto formar, possuirá a habilidade de sempre acompanhar seus alunos. Cabe aqui lembrar, que a auto formação não deve ocorrer apenas em locais destinados a formação, mas também no próprio ambiente escolar, onde existe a possibilidade da relação de troca de conhecimentos entre aluno e professor, relação essa, que com o tempo pode gerar frutos tão intensos inclusive a confiança que o aluno deve ter em seu professor.

Salienta-se que a auto formação implica o fato de aprender a ser professor ou de ser um novo professor, e sobretudo perceber que se deve sempre aprender. Refletir sobre “aprender” significa pensar sobre nossa trajetória de vida, o que de fato está sendo considerado nas narrativas dos professores-personagem. Não se

pode negar que o “aprender” passa pelos nossos desejos, sentidos e emoções voltados para um determinado foco, podendo possibilitar e estabelecer relações com os conhecimentos já construídos.

Dentre tantos saberes necessários para a vida adulta, pessoal e profissional, o aprender a ser professor é algo complexo. Ao longo dos desafios e encruzilhadas do percurso formativo, construímos uma imagem sobre ser professor, talvez baseada em nossa própria experiência como aprendizes, ou talvez a partir da imitação de outros docentes, ou também, à medida que vamos acumulando experiência como docente, temos a capacidade de modificar algumas ideias que tínhamos, ressignificando saberes.

Neste sentido, a reflexão sobre atitudes, comportamentos, visão de mundo, valores, usos, costumes, ideologia, prática cultural, torna-se não só um desafio qualquer, mas significa a apreensão e apropriação do conhecimento, indo além do simples fato de aprender, visando assumir “ser professor” no sentido de se tornar um profissional preocupado com a melhoria da função docente, da prática como política e pedagógica, e tudo isso faz parte de uma motivação de auto formação.

### **3 O QUE É O ENSINO MÉDIO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB 9394/1996 confirma, em seu Art. 5º, o acesso ao ensino fundamental como direito público subjetivo, definindo, no parágrafo primeiro, como competência dos Estados e Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União: I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; II - fazer-lhes a chamada pública; III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. No Art. 8º, aponta que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, cabendo à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais e que os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos dessa Lei.

A respeito das obrigações específicas da União, a LDB determina:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A respeito das atividades específicas dos Estados, esclarece:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

Em face disso, os Estados têm por obrigatoriedade levar à população o ingresso ao Ensino Médio, sendo que a partir do ano de 2012, o Estado do Rio Grande do Sul aplica o Ensino Médio Politécnico, em forma de lei.

Segundo a Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012, o Ensino Médio tem a função de consolidar o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, e também possui a função da preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Dessa forma fica claro que, durante todo o tempo que o aluno está no ensino médio, visa-se a melhoria dele como ser humano, sobretudo dando-lhe autonomia para que consiga aplicar de melhor forma o que lhe for lecionado.

Assim, no processo de ensino-aprendizagem, o aluno deve ser valorizado como pessoa para que ao fim, todos os seus passos sejam valorizados.

Discutiremos adiante desse contexto, a nova reforma do Ensino Médio no estado do Rio Grande do Sul que valoriza a autonomia do aluno no seu processo ensino e aprendizagem, o contexto sócio-cultural que o aluno está inserido.

### **3.1 O novo Ensino Médio Politécnico e sua Implementação na Rede Estadual do Rio Grande do Sul**

O conceito de Politecnia não é uma definição inovadora, como muito se pensa sobre o tema, essa conotação tem suas ideias construídas nas ações históricas e sociológicas. Rodrigues (1983) indica que a iniciação do termo Educação Politécnica é legado de Karl Marx, mesmo que este indivíduo nunca tenha falado especificamente na área da educação. Marx, segundo Rodrigues, ao arrolar a precisão de uma educação multilateral, dizia que o trabalho era sim um princípio educativo, o qual deveria unificar a ciência, a tecnologia, a arte e a sociedade.

No nosso país, segundo o mesmo autor, a iniciação do termo Politecnia transcorre em 1980, por Saviani, que, nesse momento histórico, já se apresentava com muita resistência sobre o caráter de autoritarismo e de pura reprodução no sistema da educação.

Frigotto (2005) afirma que a Politecnia passa a ser uma forma de adequar a educação básica em frente da forma globalizada que o mundo atual se encontra. Segundo o autor, o agrupamento da riqueza nas mãos de alguns faz crescer a pobreza e o dinheiro desfoca seu caráter civilizatório ao simplesmente negar a sua obrigação com as populações locais.

Considerando o meio sócio-cultural do aluno, seja de experiências adquiridas no seu dia a dia, ou introduzidas na infância, a LDB 9.394/96 avançou ao considerar que, um novo método de constituir na Educação Básica uma valorização de tudo aquilo que se pode afirmar como conhecimento prévio.

Entre a contradição apresentada sobre o desemprego e a sociedade do conhecimento, Frigotto (2005, p. 14) define o reforço da Politecnia na significância de: [...] desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que faculte aos jovens a capacidade analítica, tanto dos processos técnicos que engendram o sistema

produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida.

Esse autor assinala como sendo propósito da educação politécnica: “Uma formação humana que rompa com as dicotomias, geral e específico, político e técnico, ou educação básica e técnica” (FRIGOTTO, 2005, p. 14). Então, a partir do ano letivo de 2012, o Ensino Médio Politécnico passa a vigorar nas escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, em forma de política pública.

Esta nova reforma está apoiada na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394-96 nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica vigorada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e tem por propósito atingir “[...] Um Ensino Médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade, sustentabilidade e com qualidade cidadã” (RIO GRANDE DO SUL, 2011-2014, p. 4).

A forma justificada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul ao aplicar essa proposta está relacionada à forma sem contexto diagnosticada na maioria das salas de aula, a longitude a parte teórica e a parte de se fazer, à distância entre conceitos e conteúdos e vida real, à falta de se utilizar de forma adequada a tecnologia, ou até mesmo à falta de recursos que podem ser usados para uma atuação favorável da formação de novas aprendizagens em que se define a educação básica, principalmente do Ensino Médio.

Aumentando mais a situação grave explicada neste panorama, constata-se que o ensino se efetua defronte a um currículo individualizado, sem associação com a realidade sócio-histórica, e, assim, também do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos oriundos da informação e da comunicação como formas de crescimento individual (RIO GRANDE DO SUL, 2011-2014, p. 5).

Conforme a análise desse documento, a preocupação básica ao redor da Politecnia é criar a possibilidade da inserção dos indivíduos no mundo de trabalho de forma intelectual, favorecendo a emancipação humana.

Para que esse princípio inovador educativo se desenvolva a escola se faz mais do que necessária, uma vez que sua função básica é ensinar a compreender e a modificar a realidade através do domínio da parte teórica e da forma que deve ser feito. Se o saber fazer poderia ser aprendido na prática, sem ou com reduzida escolaridade, o trabalho intelectualizado e a participação na vida social atravessada pelas novas tecnologias demandam formação escolar sólida, ampliada e de

qualidade, principalmente para os que vivem do trabalho, para os quais a escola é o único espaço possível de relação intencional com o conhecimento sistematizado.

Para realizar tais reestruturações, a proposta feita pelo Estado do Rio Grande do Sul se refere a princípios orientadores, sendo assim dispostos: relação parte-totalidade, reconhecimento de saberes, teoria e prática, interdisciplinaridade, avaliação emancipatória e pesquisa como princípio educativo.

Assim, a Politecnia é um princípio inovador educativo, quem que o trabalho manual passa a ser substituído pela, com a finalidade de desenvolver aptidões tais como: solucionar situações-problemas, antecipar situações não previstas, abranger o processo produtivo na sua totalidade, e, sobretudo ser um indivíduo autônomo nas suas decisões.

O Ensino Médio Politécnico é dividido em 5 áreas do conhecimento, sendo elas: Matemática e suas Tecnologias (apenas contendo a Matemática), Ciências da Natureza( Física, Química e Biologia), Ciências Humanas, Filosofia, Sociologia, Geografia e História, Linguagens e suas tecnologias, Língua Portuguesa, Literatura, Inglês, Espanhol, sendo possível apenas uma língua estrangeira e finalmente o Seminário Integrado de Ensino, que visa a pesquisa científica, apesar de que a comunidade considera apenas um componente curricular a mais ou apenas uma disciplina que veio a somar.

### **3.2 Como é a avaliação no Ensino Médio Politécnico no RS**

Segundo a publicação do CEED, Parecer 310/2012, o Ensino Médio Politécnico tem por finalidade a de individualizar o discente como pensador autônomo de suas atitudes, bem como sua evolução como ser humano, nessa fase é de extrema importância compreender como a avaliação atua no novo ensino médio.

A nova espécie de avaliação nesta etapa de ensino inclui uma avaliação por pareceres, onde existem sempre a possibilidade de mudanças no que inclui uma avaliação por conceitos e pareceres. Assim, as avaliações são feitas através de conceitos que podem ser CSA - Construção Satisfatória da Aprendizagem, CPA – Construção Parcial da Aprendizagem e CRA - Construção Restrita da Aprendizagem, esses conceitos são aplicados ao aluno individualmente por disciplina, que após no Conselho de Classe, as áreas definem qual será o conceito

na área desse aluno, sendo o conselho soberano sobre essas decisões, dessa forma o aluno recebe um boletim que contém cinco conceitos. É considerado acima de média apenas o conceito CSA, sendo que se o aluno recebe um conceito CPA e CRA recebe juntamente um parecer descritivo explicando o motivo pelo qual não obteve êxito naquele período de avaliação.

Quando um aluno apresenta déficit de aprendizagem, recebe o que é chamado de PPDA – Plano Pedagógico Didático de Apoio, para que as dificuldades e dúvidas sejam sanadas, o PPP prevê autonomia para que seja feito o PPDA que se quiser.

Para se alcançar a promoção para o próximo ano letivo o aluno deve apresentar um crescimento geral e expansivo, se por um acaso o aluno não conseguir a aprovação em apenas uma área, ele pode ser promovido com pendência nessa área, e se for duas áreas ou acima disso, o aluno não recebe sua promoção e lhe é recomendado que seja feito novamente o ano letivo em questão.

## **4 AS NOVAS DIRETRIZES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

No que diz respeito à prática das ações em sala de aula, não houve mudanças significativas, pois, os conceitos e ditos conteúdos programáticos continuam sendo passados aos alunos normalmente, o que modificou, é a forma de avaliar os nossos alunos, uma vez que a nota em números foi extinta totalmente.

### **4.1 A prática do Seminário Integrado de Ensino**

A área de Seminário Integrado se aplica basicamente com a pesquisa metodológica de diversos temas, onde se visa atrair o aluno para o método científico, geralmente guiado por um cronograma de atividades, sendo todas as fases valorizadas.

### **4.2 A soberania da pesquisa no ensino médio politécnico**

Na antiga forma de avaliação colocava-se o aluno em uma pequena caixa de “conceitos que precisava saber”, assim, quando um aluno não conseguia atingir aquele limite máximo, ele era reprovado. Nessa nova interpretação do ensino médio politécnico, se considera todos os passos envolvidos na formação do aluno, inclusive a pesquisa do Seminário, assim, se por um acaso o aluno não conseguir se aprofundar em todas as outras áreas, porém conseguiu atingir um nível satisfatório na sua pesquisa, consegue, claro que mediante ao Conselho de Classe, a sua aprovação, estimulando sempre os pontos de maiores conquistas do aluno.

## **5 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS**

Durante o processo de pesquisa, foi realizada uma amostra composta de 16 professores que atuam no Ensino Médio Politécnico, os mesmos responderam questões semiestruturadas através de questionário.

### **5.1 Contextualização da Escola e Função da Gestão Escolar**

A Escola utilizada para a pesquisa é uma das escolas mais antigas da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul, visto que sua inauguração é do ano de 1939, e as escolas no Estado começaram a ser implantadas no ano de 1937, no Governo do Estado Novo de Getúlio Vargas.

A referida instituição escolar está situada no município de Parobé, um grande polo calçadistas nas décadas de 80, 90 e nos anos 2000. Na época que foi construída a primeira ferrovia que ligava a região da colonização alemã, de São Leopoldo até Gramado, havia famílias que moravam nas redondezas daquela localidade, e então foi necessária a implantação de uma escola que atendesse essa região. Tal fato culminou na inauguração de uma instituição escolar, e então em homenagem ao engenheiro João José Parobé, nomeou-se a escola com nome semelhante deste famoso engenheiro.

Hoje a escola oferece o Ensino Fundamental na grande maioria executado no turno da tarde e o Ensino Médio Politécnico o turno da manhã e noite. Por ser uma escola localizada no centro da cidade, muitos estudantes procuram a escola por que fica próximo do comércio local.

O Projeto Político Pedagógico da Escola atual foi elaborado ao final do ano de 2010, onde apenas se contemplava o Ensino Médio Científico, e não o Politécnico que é o que se oferece atualmente na escola em todos os anos desta etapa de ensino. O respectivo projeto foi elaborado com toda a comunidade escolar, onde todos os encontros foram mediados pela Orientação Pedagógica e Direção da Escola, onde todas as opiniões foram ouvidas e levadas em consideração.

No PPP também constam todos os métodos avaliativos que a escola oportuniza, até mesmo o quanto deve ser avaliado e dispõe também todos os recursos que a escola poderá efetuar se for necessário intervir em alguma situação de dificuldade de aprendizagem ou de desavença com os indivíduos em questão.

No meu ponto de vista o PPP deveria sim contemplar, mesmo que apenas em parte, os conceitos da prática do Ensino Médio Politécnico, porque os alunos nessa situação ainda estão bem desamparados, como a aplicação do Ensino Médio Politécnico é nova muitos de nossos alunos ainda não estão entendendo como serão avaliados e de que forma essa avaliação será efetuada.

O que ocorre é que as escolas estaduais seguem geralmente um padrão porque não dispõe de recursos humanos para que seja efetuada tal operação que requer muita habilidade e dedicação séria, levando em consideração também pesquisas antropológicas que levarão resultados importantes e de qualidade para apontar que rumo a escola deve trilhar.

O dinamismo das mudanças, a sofisticação da tecnologia e a velocidade da comunicação em termos globais exigem de qualquer gestor um perfil aberto a novas ideias e de valorização aos saberes de cada membro da equipe para contar com a participação de todos e construir uma gestão emancipatória, fundamental na formação de jovens cidadãos.

O gestor educacional é o principal responsável pela escola, por isso deve ter visão de conjunto, articular e integrar setores, vislumbrar resultados para a instituição educacional, que podem ser obtidos se embasados em um bom planejamento, alinhado com comportamento otimista e de autoconfiança, com propósito macro bem definido, além de uma comunicação realmente eficaz.

O fato de a equipe institucional cultivar sensações positivas, compartilhar aspirações profissionais, atitudes de respeito e confiança, gera valores realmente significativos para a instituição, pois professores e funcionários ao estarem num ambiente estimulante sentem-se mais dispostos e encorajados para trabalhar e ainda promover um trabalho coletivo cooperativo e prazeroso.

## **5.2 Aplicação do questionário de Pesquisa**

Ao conversar com a direção e Gestão Escolar desta instituição, esclareci a minha proposta, que no fundo era de saber a opinião dos colegas em relação ao Novo Ensino Médio, e assim podendo identificar como andam as aplicações nas práticas corriqueiras da sala de aula.

Ao serem cientizados de tal situação, foi aplicado a eles um questionário, onde se procurava saber qual é o tipo de conhecimento que a classe do magistério

possui, no que se refere a respeito da prática didático-pedagógicas e até onde essas contribuições favorecem a prática do Ensino Médio Politécnico.

### **5.3 Análise de dados**

Após verificar os conhecimentos dos colegas profissionais, percebi que na grande maioria dos professores, o Ensino Médio Politécnico é uma prática de imposição, pois, de um dia para outro as “notas” foram substituídas pelos ditos conceitos.

Verifiquei também que, todos os colegas afirmam que o Novo Ensino Médio, é uma solução para muitos problemas, pois, avalia o aluno como um ser com autonomia, porém, ao passo que elogiam essa prática, também comentam que deveria ser aplicado de forma gradativa, pois, segundo os profissionais que foram objetos dessa pesquisa, os profissionais que são necessários para a execução de algumas especificidades não foram preparados, em alguns casos, mas na esmagadora maioria, esses profissionais nem existiam. Dessa forma, as interpretações sobre o Ensino Médio Politécnico foram inúmeras, tal que ao final do primeiro ano de aplicação do novo regimento do Ensino Médio, as escolas não trabalhavam em harmonia, e assim, tiveram de ser implantados novos métodos de avaliação, pois, de acordo com a SEEDUC, o ano de implantação de novos métodos representa uma nova fase, e dessa forma, foram aplicados os famosos provões, que por fim, totalizou na insatisfação dos profissionais, pois, na visão deles havia uma certa desconfiança quanto ao seu trabalho, quando na verdade, a intenção era de garantir aos alunos uma avaliação justa, coesa e de padrões segundo a lei.

### **5.4 Interpretação do questionário**

O grupo de professores que responderam ao questionário somam ao total 16. Todos eles trabalham pelo menos um turno no Ensino Médio Politécnico. Destes 16 que compõem a amostra, 13 possuem formação superior completa, ao passo que outros 3 estão ainda executando seus estudos. Esse grupo também caracteriza-se por ser em grande parte o número de contratados, nessa amostra são 11 contratados e apenas 5 com vínculo efetivo (concursados). Seis desses docentes trabalham há mais de 10 anos no Magistério, sendo que o que tem mais experiência possui 25 anos de magistério, mas tornou-se concursado há apenas 2 anos, os

outros 10 começaram há pouco tempos, sendo que o mais recente possui apenas 1 ano e três meses de experiência, com esse docente, em especial, percebe-se muita insegurança nas suas atitudes e prática pedagógicas ainda não bem definidas.

Quando foram questionados sobre o que pensam sobre as formações que a SEEDUC oferece, todos foram unânimes em dizer que essas formações são muito boas até excelentes, nas opiniões de 2 colegas. Muitos comentam que a SEEDUC deveria oferecer mais formações, ao passo que nesta ano foram oportunizados apenas 3 momentos, um antes do início das aulas, onde a escola coloca em seu calendário escolar essa formação, e outras duas, que foram oportunizadas durante o recesso escolar, nas chamadas férias de julho, onde os discentes se retiram do ambiente escolar para que os professores possam se auto-formar.

Nesse âmbito vale ressaltar que durante todo o ano de 2011, o Ministério da Educação com concomitância com a SEEDUC está oportunizando o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Também foi salientado pelos entrevistados que durante o ano, existe uma grande preocupação apenas com a disciplina de Seminário Integrado de Ensino, e dessa forma, sempre são oportunizadas formações que se destinam aos professores que trabalham com essa disciplina.

Não pode ser ignorada a questão de que todos, sem exceção, destacara que percebem uma grande preocupação em erradicar as deficiências no rede estadual de ensino.

Ao decorrer da análise de dados, percebi que enquanto apenas alguns professores procuram a prática real do Ensino Médio Politécnico, outros preferem colocar suas opiniões simplesmente contra o que a proposta prevê, uma vez que simplesmente não foram consultadas a respeito do regimento e de tais efetivas funções que cada professor acabou assumindo.

Cerca de 17% dos professores afirmam que a nova aplicabilidade do Ensino Médio, tem grandes ideias de melhorias, uma vez que as culturas individuais são valorizadas para que o aluno se torne um ser autônomo em sua maneira de evolução. Por outro lado 65% dos colegas professores não concordam com toda a aplicabilidade dessa proposta, pois os alunos, segundo eles, estão “*emburrecendo*”, ao passo que as disciplinas caminham juntas, sendo que os processos de avaliação em âmbito federal, ainda não concordam, pelo menos em parte, com o sistema de avaliação do E.M.P, assim os professores querem dizer que, nessa situação, os

alunos estão sendo avaliados por um método na escola enquanto nos métodos tradicionais de inserção na graduação, se valoriza a nota e não os conceitos que o aluno alçou.

Assim, perto de 16% concordam com a reforma, porém discordam com algumas práticas obrigatórias, como por exemplo, os conceitos aplicados ao aluno, e também com a forma que se deve avaliar.

Ao final dessa análise, verificou-se principalmente que, não existe fórmula secreta ou método inovador que funcione em todas as escolas, e em todas as situações, ou seja, quando o desafio é lançado, não pode ser aplicado o mesmo método em todas as instituições, uma vez que cada uma delas possui suas peculiaridades e suas realidades.

Nessa parte da pesquisa, pode-se afirmar que depende das práticas individuais para que o E.M.P. se refaça de maneira satisfatória, pois são as diferentes atribuições dadas às novas práticas que farão dessa nova etapa de ensino um grande passo de evolução do conhecimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o estudo total de essa pesquisa, pode-se chegar à ideia de que a lei é extremamente clara ao que se deve fazer no processo educacional, no que se refere às práticas didáticas e corriqueiras da sala de aula.

Porém, no decorrer da história da educação, as mudanças efetuadas sempre contemplavam a melhoria do sistema e da prática educacional. Mas vale salientar que, segundo os questionamentos feitos aos professores, foi possível perceber que no que se refere de novas aplicações ou propostas pedagógicas de mudança, o docente se sente traído ao não ser questionada a sua opinião, ou ainda, não ser levada em consideração a realidade atual das escolas, seja quanto à estrutura ou quanto a falta de material humano, nos setores de orientação, e até mesmo na chamada sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Assim fica claro que, a principal razão para que haja uma lacuna tão grande entre a lei e a prática do Ensino Médio Politécnico, se deve ao fato do desconhecimento do docente em relação ao regimento, e também por desconhecer, automaticamente assim, o que o discente precisa evoluir ou progredir, para que haja avanço de um ano para outro. Como tais práticas muitas vezes não ocorrem, o

Estado tem de aplicar algumas regras, que aos olhos do professor parece inútil, porém é a única forma para que o discente tenha seus direitos, como pessoa autônoma, garantidos, exemplo disso é o Plano Pedagógico Didático de Apoio – PPDA.

## 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em 15/01/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) > Acesso em 25/01/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais do Ensino Médio**. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859) > Acesso em 10/05/2014.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento**. São Paulo. SP. Papyrus, 1994.

DEMO, Pedro. **ABC: Iniciação à competência reconstrutiva do professor básico**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

DEMO, Pedro. Qualidade docente e superação do fracasso escolar. In: SHIGUNOV Neto, Alexandre. MACIEL, Lisete S. B. (Org.). **Desatando os nós da formação docente**. POA: Mediação, 2002.

ESQUINSANI, Rosimar S.S. et al. Gestão e políticas educacionais: do que estamos falando mesmo? Aportes teórico-conceituais para a delimitação de termos. In: CAMARGO, Ieda (Orgs). **Gestão e Política da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à Prática educativa**. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. (I): FRIGOTTO, CIAVATTA, M. e RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Conceção contradições**. São Paulo, Ed. Cortez, 2005. Texto digital, Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/educacion/fileadmin/templates/educacion/archivos/Documento%20Concepciones%20Port.pdf>> Acesso em 24.11.2013.

GALIAZZI, Maria do Carmo; MORAES, Roque. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. **Ciência e Educação**, v.8, nº2, p. 237-252, 2002.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Educar pela pesquisa: Ambiente de formação de professores de ciências**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

GALIAZZI, Maria do Carmo et al. Objetivos das atividades experimentais no Ensino Médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de ciências. **Ciência & Educação**, v.7, n.2, p. 249-263, 2001.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação e Sociedade**., Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LELIS, Isabel Alice. Do Ensino de conteúdos aos saberes do professor: mudança de idioma pedagógico. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 74, p. 41-58 Abril/2001.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 74, p. 77-96, Abril/2001.

LÜDKE, Menga, CRUZ, Giseli, BOING, Luiz. A pesquisa do professor da educação básica em questão. **Revista Brasileira de Educação**, v.4, n.42, p. 456-602, Set/dez 2009.

MACIEL, Lisete S.B. A investigação como um dos saberes docentes na formação inicial de professores. In: SHIGUNOV Neto, Alexandre. MACIEL, Lizete Shizue Bomura (orgs). **Desatando os nós da formação docente**. POA: Mediação, 2002.

MORAES, R; GALIAZZI, M.C; RAMOS, M. Pesquisa em sala de aula: fundamentos e pressupostos (In.) MORAES, Roque e LIMA, Valderéz Marina do Rosário (Orgs.). **Pesquisa em sala de aula: tendência para a educação em novos tempos**. 3.ed.Porto Alegre: EDIPUCRS,2012, p. 11-20.

MOREIRA, Marco Antônio. O professor - pesquisador como instrumento de melhoria do Ensino de Ciências. **Em Aberto**, Brasília, ano 7, n. 40,p. 43-54, Out/Dez 1988.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. **Revista Nuances**, vol III, p. 5- 14, 1997. Signos, ano 35, n. 1, p. 63-75, 2014. ISSN 1983-0378 75 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Proposta pedagógica para Ensino Médio Politécnico e Educação

Integrada ao Ensino Médio 2011-2014. Disponível em: <<http://educacao.rs.gov.br/dados/ensmedproposta.pdf>> Acesso em 24 de julho de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Regimento referência das Escolas de Ensino Médio Politécnico da Rede Estadual. Parecer CEED nº 310/2012.** Disponível em: < <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens.>> Acesso em 24 de julho de 2013.

SAVIANI, Demerval. **História da história da educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário.** Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela UNINOVE e realizado em São Paulo, p. 147-167, de 27 a 29 de agosto de 2008.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 05-24, Jan/fev./mar./abr., 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2002.

RODRIGUES, José. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. **Educação Politécnica.** 1983. Disponível em: [http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Educacao\\_Politecnica\\_.pdf](http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Educacao_Politecnica_.pdf). Acesso em 17/04/2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS DOCENTES

Você é:

Professor Contratado  Professor Concursado

Atua:

Ensino Fundamental e Médio  Ensino Médio

Leciona:

Entre 1 a 4 anos  Acima de 5 anos  Mais de 10 anos

Questionário de Pesquisa Qualificada:

1) Em sua opinião, qual é o principal motivo para a falta de melhores práticas no Ensino Médio Politécnico?

Falta de estrutura  Falta de pessoal especializado  Outros: \_\_\_\_\_

2) A respeito da LDB – Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, o Ensino Médio tem a função de:

Revisar conceitos do Ensino Fundamental  Prepará-los para a vida adulta

Outros: \_\_\_\_\_

- 3) O número de formações anuais que a Secretaria de Educação Estadual fornece é suficiente para se manter atualizado?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Outros:
- 4) Quanto a interdisciplinaridade você julga possível a sua prática?:  
( ) Sim ( ) Não ( ) Outros:
- 5) As novas práticas do Ensino Médio Politécnico são justas?
- 6) O PPDA- Plano Pedagógico Didático de Apoio é feito de forma correta?
- 7) Que outras práticas você gostaria que fossem aplicadas no Ensino Médio Politécnico? Que meios seriam utilizados?
- 8) Você almeja uma melhoria na educação? Como seria?
- 9) Você concorda com a nova aplicação do Ensino Médio Politécnico?